

UM PASSEIO PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE (RN) E PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSÉ PINTO FREIRE (CENEP-JPF)

Autor (a): Lanuzia Tércia Freire de Sá

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

lanuzia.sa@ifrn.edu.br

Co-autor (a): Ana Lúcia Henrique Sarmento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

ana.henrique@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como temática principal a discussão acerca da inserção do Centro de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP-JPF) no contexto histórico da educação profissional (EP) no Brasil e mais pontualmente no Rio Grande do Norte (RN), buscamos expor resumidamente o contexto histórico e social da EP do RN e pontuar a inserção do CENEP-JPF no tocante da EP no RN e suas particularidades. A fim de atender aos objetivos supracitados, a pesquisa busca responder de forma preliminar às seguintes questões: de que forma ocorreu o panorama inicial da EP no RN? Como o CENEP-JPF esteve inserido nesse contexto? A investigação tem uma abordagem qualitativa e exploratória, se enquadrando mais especificamente em uma Pesquisa Temática, a qual investiga sobre determinada realidade empírica. Teremos ainda o suporte teórico de autores como: Frigotto (2000), Moura (2010), Vasconcelos (2011), Silva e Medeiros Neta (2016), dentre outros, assim como a visita realizada ao *locus* da pesquisa e a consulta em alguns documentos norteadores nacionais e institucionais, detalhados a seguir na introdução da pesquisa. Neste sentido, observou-se a necessidade de maiores pesquisas na área da EP do país e no estado do RN, com ênfase na formação integral e emancipatória dos sujeitos, assim como seu reflexo de forma concreta nos documentos norteadores da EP no Brasil e nas práticas das instituições, aspecto relacionado à práxis pedagógica que não detalhamos nesta pesquisa, entretanto, é de suma importância para a EP do país e pode ser melhor investigado nas próximas pesquisas a respeito do tema ora abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Ensino médio integrado; Centro de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática principal a discussão acerca da inserção do Centro de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP-JPF) no contexto histórico da educação profissional (EP) no Rio Grande do Norte (RN). Traçamos os seguintes objetivos: expor

resumidamente o contexto histórico e social da EP do RN e pontuar a inserção do CENEP-JPF no contexto na EP do RN e suas particularidades e buscamos respostas para as seguintes questões: de que forma ocorreu o panorama inicial da EP no RN? Como o CENEP-JPF esteve inserido nesse contexto?

Detalharemos mais no decorrer da pesquisa que a EP no Brasil teve um caráter assistencialista e marcado por descontinuidade de ações pontuais, porém, existem pontos que merecem destaque neste cenário, tais como algumas iniciativas que estão trazendo benefícios para a sociedade e contribuindo para a expansão da EP no país, as quais tentaremos expor no decorrer desta pesquisa, a qual se delimita no estado do RN, culminando no estudo do CENEP-JPF.

A presente pesquisa foi ancorada na investigação a partir da revisão bibliográfica e documental. No que tange à empiria da pesquisa, ela teve como *locus* o CENEP-JPF, instituição pública estadual, a qual oferece ensino médio integrado a cursos técnicos, na cidade de Natal-RN.

Neste artigo, adotamos a abordagem qualitativa se enquadrando mais especificamente em uma Pesquisa Temática sobre a realidade empírica. Vasconcelos (2011) caracteriza a Pesquisa Temática com uma investigação sobre uma realidade empírica para a produção de conhecimento novo sobre o fenômeno ou uma contribuição para o debate teórico.

No que se refere ao referencial teórico, o trabalho se alicerçou em autores como: Frigotto (2000), Moura (2010), Vasconcelos (2011), Silva e Medeiros Neta (2016). A pesquisa documental centrou-se na Lei Federal Nº 9394/1996 (LDB), no Decreto Nº 2208/1997, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico e o ensino médio, no Decreto Nº 5154/2004, o qual revogou o Decreto Nº 2208/1997 e a Lei Nº 11741/2008. Como também o Projeto político pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar Interno (REI), do CENEP-JPF.

PASSEANDO PELA HISTÓRIA DA EP NO BRASIL RUMO AO RN

Abordando resumidamente o contexto inicial da educação profissional (EP) no Brasil, a qual teve sua gênese em meados de 1906 com a consolidação do ensino técnico-industrial, podemos ressaltar que, esse tipo de ensino teve origem assistencialista, com o objetivo principal de amparar órfãos e desvalidos da sorte, para que tivessem as condições mínimas de sobrevivência e não viessem a praticar ações contra a ordem e os bons costumes da sociedade da época (MOURA, 2010).

Neste sentido, observamos que esse modelo de EP teve, desde o começo, um caráter de contenção social, baseada prioritariamente em atividades mecânicas para atender às demandas dos subempregos oferecidos pelo mercado de trabalho, preocupada em atender prioritariamente ao mercado e controlar as camadas mais pobres da sociedade, características coerentes com uma sociedade capitalista e de origem escravocrata.

Assim, na sequência do panorama nacional destacaremos aqui o contexto do estado do RN, o qual também foi marcado por movimentos pontuais e descontínuos, assim como, a criação de instituições baseadas em atender às demandas do mercado de trabalho, sem muita preocupação com a construção de um quadro permanente de docentes ou com a manutenção das ações, a fim de transformá-las em política de estado.

Segundo Silva e Medeiros Neta (2016), o ensino profissional estadual na primeira metade do século XX, ocupou um lugar secundário nas instituições, com escolas e cursos precarizados, na maioria dos casos, sem laboratórios ou materiais adequados, sem quadro docente satisfatório, com intensões voltadas para o assistencialismo e para as demandas do capital, sempre priorizando atender ao capital e aos interesses políticos.

Nos anos 2000, o que se destacou na EP do RN foi a expansão das redes privadas de ensino, das parcerias público-privadas, juntamente com o fortalecimento do Sistema "S", o qual detalharemos um pouco mais nos próximos parágrafos. Sem poder deixar de ressaltar, que a intensão principal, foi e continua sendo, a de fortalecer as empresas e indústrias, atender aos interesses políticos e mercadológicos das iniciativas ligadas à expansão da EP no Sistema S¹.

Com base no site² da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), o Sistema "S" potiguar está atuando diretamente na promoção do desenvolvimento econômico do estado, visando atender as demandas do mercado de trabalho. No sentido de demonstrar de forma preliminar a atuação desse sistema na EP do estado, segue abaixo alguns números apresentados por entidades que compõem o Sistema "S" do RN.

No primeiro semestre de 2015, o Sistema realizou, por meio do SESC, cerca de 150 matrículas dentro de um portfólio de 350 cursos técnicos de curta duração, tivemos também 1.390 empresas industriais que foram atendidas com cursos rápidos para seus funcionários e consultorias, no mesmo período, através do SESI.

¹ Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

² <http://www.fiern.org.br/>

Ao se tratar de EP disponibilizada de forma pública e gratuita, com base no portal³ do Ministério da Educação (MEC), foi lançado em 2007, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, como iniciativa para fortalecimento da EP, visando à oferta de cursos técnicos de nível médio e de formação continuada, gratuitos, a distância. Os cursos são ministrados por instituições públicas de EP. Nesta iniciativa, o MEC é responsável pela assistência financeira, a qual, em 2008, com o início do programa descentralizou aproximadamente R\$ 68 milhões de reais para a oferta de cursos em 250 polos.

Ainda no panorama de educação pública, agora com foco mais direto no assistencialismo, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2008, demonstram que apenas 25,5% da população de jovens de 18 a 24 anos alcançam o ensino superior. Assim, os cursos técnicos de nível médio, surgem, como alternativa de qualificação, mesmo que fragilizada estes se equivalem à etapa final da Educação Básica e, por isso, permitem que o estudante dê prosseguimento a seus estudos e promovendo ainda a inserção no mercado de trabalho para mais 74% desse contingente em subempregos que os permite sobreviver. Na maioria dos casos, essa inserção ocorre a fim de servir às necessidades do mercado, possibilitando “educação e emprego pobre para os pobres”, fortalecendo o discurso, ilusório, da empregabilidade e da oferta, tanto de vagas de emprego quanto de capacitação, pelo governo.

A respeito da EP pública no RN, vale a pena citar, com base no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), é referente a sua expansão, a qual abriu um grande número de vagas cursos profissionalizantes de média e longa duração (até 4 anos), em alguns casos integrados ao ensino médio, dando aos interessados a oportunidade de ter uma qualificação gratuita mais aprofundada.

Trata-se de uma instituição que, até 2005, possuía a unidade central em Natal instalada desde 1909 e outra em Mossoró, instalada em 1994, iniciando lentamente a primeira etapa da expansão dos então CEFETs. No início dos anos 2000, houve grande crescimento para a Instituição, que se aproximava do seu primeiro centenário, comemorado em 2009.

Com base em informações contidas do site⁴ do IFRN, a expansão da Rede Federal, teve início gradativamente em 1994 com a inauguração da Unidade de Mossoró supracitada. E 12 anos depois, o MEC por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) deram início à uma fase da expansão mais efetiva, a qual em 2006 três novas unidades foram criadas, sendo elas: Zona Norte de Natal, Ipanguaçu e Currais Novos.

³ <https://www.mec.gov.br/>

⁴ <http://portal.ifrn.edu.br/>

A segunda etapa da expansão iniciou em 2007, com a construção de outras seis unidades, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, as quais foram inauguradas apenas em 2009. Nesta mesma fase da expansão, foram construídos os campi de Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, como ainda a criação do Campus de Educação à Distância, que funciona até o momento nas instalações do Campus Natal-Central.

Na 3ª fase da expansão o Rio Grande do Norte recebeu, a partir de 2013, mais cinco *campi*: Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Lajes e Parelhas.

Desta forma, os anos 2000 mostrou o aumento substancial da infraestrutura física da rede de EP federal no RN, a qual, em 2017, constitui-se de 21 *campi*, dentre eles, dois são campi avançados (Lajes e Parelhas), com sede própria, entretanto, dependentes administrativamente de outros *campi* (João Câmara e Currais Novos, respectivamente).

Ainda no cenário da EP no RN, com base nas informações contidas no site oficial do governo estadual do RN, no site oficial do MEC, como também em buscas nos sites particulares das instituições, pude destacar no quadro abaixo as principais escolas de educação profissional do RN atualmente, sem ressaltar as diversas escolas privadas que existem.

Quadro 1: Principais instituições públicas e público-privadas de EP no RN.

Instituição	Oferta
Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire	Pública estadual
Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica de Mossoró	Pública estadual
Escola técnica da UFRN	Pública federal
Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do RN	Pública federal
Fundação Bradesco	Público-privada
Instituições do Sistema "S"	Público-privada

Fonte: <http://www.rn.gov.br/> e <https://www.mec.gov.br/>. Elaboração dos autores (as).

Para Moura (2010), no contexto estadual a situação se torna mais complexa, pois a maioria dos estados não se disponibilizam a assumir o compromisso com a EP e menos ainda quando se trata de EMI, como política de estado. No entanto, essas ações, quando aparecem, estão vinculadas a algum programa temporário. A exceção até o momento é o estado do Paraná, que abraçou a causa da EP e mesmo com suas limitações e particularidades ideológicas, atingiu importantes patamares na expansão da EP integrada ao EM.

PASSEANDO PELA HISTÓRIA DA EP NO RN RUMO AO CENEP-JPF

Neste panorama, destaca-se que o Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica de Mossoró, outra conquista para a educação profissional pública do estado, encontra-se em fase de implantação em 2017. Assim, observa-se que o estado do RN disponibiliza, de apenas uma instituição de ensino que oferece a EP de forma pública, estadual e gratuita, em pleno funcionamento, o CENEP-JPF, e outra no município de Mossoró, em fase inicial de implantação, sem funcionamento efetivo até o momento.

Sem destacar as parcerias público-privadas anteriormente citadas, as instituições particulares, assim como as instituições federais, nos deteremos a estudar um pouco o contexto da educação profissional pública estadual do RN, mais pontualmente no que tange ao CENEP-JPF.

Dessa forma, apresentaremos a instituição estudada nos aspectos, físicos, estruturais e legais, como também, alguns aspectos metodológicos, pedagógicos e filosóficos, a partir das fontes disponibilizadas pelo CENEP-JPF, o projeto político pedagógico da instituição, o regimento escolar interno e o plano pedagógico do curso técnico integrado ao ensino médio com habilitação em informática⁵. Ressaltamos que todos esses documentos foram revistos pela instituição e estamos trabalhando com as versões, atualizadas em 2016.

Conforme o PPP do Centro, na reorientação e no redimensionamento da educação profissional, explicitados na LDB e na Lei Nº 11.741/2008, tentou-se buscar novas relações do saber a partir da articulação e integração dos conteúdos escolares com os da prática social do aluno, na perspectiva de rompimento da organização curricular orientada apenas pelo princípio disciplinar e do ensino tradicional centrado na transmissão do conhecimento.

Neste sentido, o CENEP-JPF, utilizando do embasamento legal e assumindo o desafio da construção da sua própria identidade educativa, elaborou uma proposta de ensino na expectativa de implementar um processo pedagógico de formação profissional sintonizada com as tendências educacionais e confirmada na legislação educacional, visando contribuir para o desenvolvimento do estado e do país. O Centro iniciou suas atividades educacionais no ano de 2006, ofertando cursos nas áreas educacionais Gestão e Comércio, Informática, que pertencem ao Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios e Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, respectivamente (PPP-CENEP-JPF, 2016).

⁵ O curso de informática foi escolhido por se tratar de um curso com o maior número de alunos matriculados na instituição pesquisada.

De acordo com os Art. 3º e 4º do Regimento Escolar Interno (REI), o CENEP-JPF tem a finalidade de oferecer a educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada ou qualificação profissional, inspirada nos princípios de liberdade, estética da sensibilidade, política da igualdade, ética da identidade, contextualização, interdisciplinaridade e flexibilidade e nos ideais de solidariedade humana por meio de cursos e programas com atendimento presencial e/ou a distância inseridos em um panorama de educação com a finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania como também, meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Nesse contexto, o CENEP, foi criado pelo Decreto Nº 16.592/2002, oferta o ensino na modalidade de educação profissional e está credenciado pela Portaria Nº 70/2005 da SECD/GS, publicada no Diário Oficial Eletrônico (DOE) de 23/02/2006.

O Centro é uma instituição pública, está localizada na rua Trairi, nº 480, no bairro de Petrópolis, no centro da cidade de Natal/RN, em prédio próprio do estado.

A escola conta com um grupo composto por: 1 diretor e 1 vice-diretor, 1 coordenador financeiro, 1 coordenador pedagógico, 4 pedagogos, 4 assistentes administrativos, 23 professores do eixo estruturante (disciplinas propedêuticas) e 12 professores do eixo tecnológico (disciplinas técnicas); na secretaria está 1 secretário escolar, contando com o apoio técnico-administrativo de 3 auxiliares; a biblioteca é de responsabilidade de 2 bibliotecários; já na zeladoria conta-se com uma equipe de empresas terceirizadas.

Quando se trata de formas de acesso aos cursos técnicos de nível médio na forma Integrada presentes na instituição, segundo o PPC do curso de informática, estas ocorrem por meio do Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGEDUC) em processo seletivo simplificado e aberto ao público, no site www.sigeduc.rn.gov.br.

Em relação ao critério para a seleção, é analisada a média aritmética obtida nas disciplinas de língua portuguesa e matemática dos conteúdos do 9º ano do ensino fundamental, no caso do curso técnico de nível médio integrado, ou a média das mesmas disciplinas da última série cursada no ensino médio, nos casos de cursos subsequentes. Para ser considerado classificado, o estudante deverá atingir média mínima 6,0 e será seguida a ordem máxima das médias, até atingir o quantitativo de vagas ofertadas.

Com base no Art. 48º do REI da instituição, o CENEP-JPF oferece a educação profissional técnica de nível médio nas formas integrada, subsequente, EJA, de formação Inicial e continuada ou

qualificação profissional, observando as orientações da Lei N° 11.741/2008, do Parecer do CNE/CEB N° 11/2012.

Ressaltamos que, para a efetiva conclusão dos cursos, o estágio curricular e/ou prática profissional, orientado pelas normas definidas pela Lei N° 11.788/2008, pelo Parecer CNE/CEB N° 35/2003, é entendido como um ato educativo, assumido intencionalmente pela escola. É atividade obrigatória aos alunos do CENEP-JPF, de acordo com determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, sendo sua carga horária requisito para aprovação e obtenção do diploma e certificado, de acordo com o que consta no projeto pedagógico do curso.

De acordo com o PPP do Centro, a definição da oferta de cursos à comunidade procura basear-se em critérios de perspectiva de inserção do aluno no mundo do trabalho, demandas do mercado local e interesses comunitários. Para tanto, a escola precisa criar instrumentos e mecanismos mais precisos para acesso à informação sobre o contexto.

Assim, mostrando uma visão mercadológica, segundo o PPC do curso de informática, ocorre a realização de levantamentos e pesquisas de condições educacionais, culturais e econômicas dos entornos locais, como ainda, a pesquisa com os agentes produtivos e com representantes dos diferentes setores da sociedade, para identificar a oferta de produtos e serviços que deve atender às necessidades e tendências do país, a fim de estabelecer um contato com o mercado e com os atores sociais, procurando diversificar e atualizar constantemente a programação dos cursos.

Neste sentido, em consonância com essa perspectiva, a SEEC-RN

[...]contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, a SEEC-RN propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à população nesta área da atividade econômica e de prestação de serviços (PPC, 2016, p.5).

Com base nos parágrafos supracitados, podemos observar que os documentos norteadores da instituição tentarem indicar a proposta de formação humana integral emancipatória, em trechos do PPP como o descrito abaixo.

Um projeto pedagógico orientado na formação integral do aluno – que implica a indissociabilidade entre teoria/prática não pode deixar de fazer referência ao conteúdo do trabalho na sua relação com o conteúdo escolar, já que esta relação não se reduz nem à dimensão pedagógica, filosófica valorativa e nem profissional (PPP, 2016, p.10).

Entretanto fica explícita a ênfase mercadológica de atender às demandas oferecidas pelo mercado de trabalho. Esta perspectiva mercadológica fica clara também no Art.7º do REI do Centro, que aponta como um dos objetivos principais da instituição, promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho.

Quando se trata de participação na gestão escolar, com base no Art. 8º do REI da instituição, a gestão do CENEP deve ser realizada de forma democrática mediante a participação da comunidade escolar, com a finalidade de possibilitar autonomia pedagógica, administrativa e financeira, de modo a garantir a qualidade do ensino ministrado e a formação plena do estudante.

Assim, os Art. 17, 18 e 19 do REI apresentam as instâncias escolares internas, que são Caixa Escolar, Conselhos de Classe e Grêmio Estudantil, como instrumentos com finalidade de viabilizar a participação da comunidade escolar nas decisões da gestão, a fim de aperfeiçoar o processo de construção da autonomia pedagógica, administrativa e financeira do Centro. As instituições escolares terão estatutos próprios, elaborados pela sua diretoria e aprovados em assembleia pelo conselho escolar. Dessa forma, suas reuniões serão lavradas em atas que assumirão total responsabilidade pela sua transcrição e arquivamento.

Ao tratar dos currículos escolares implementados pela instituição, o Art. 58 do REI do CENEP-JPF, esclarece que o currículo da educação profissional técnica de nível médio integrada com o ensino médio regular é concebido em uma organização curricular de quatro anos, visando aprofundar, ampliar e integrar unidades temáticas, das áreas propedêutica e profissional, de acordo com a complexidade das diferentes áreas de conhecimento. Já a oferta da educação profissional técnica de nível médio integrado com a EJA será reorganizado, com a mesma perspectiva, mas realinhando a visão ao público dos alunos jovens e adultos, em currículo de 03 anos.

Para tentar avaliar o conhecimento adquirido nos cursos, segundo o PPC, são realizadas avaliações do desempenho escolar, as quais, são feitas por disciplinas e bimestrais, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei Nº. 9.394/1996.

Quando se fala do contexto financeiro, conforme o REI do CENEP-JPF, ressaltamos que a instituição é mantida pelo governo do estado do Rio Grande do Norte e administrado pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos, entretanto, por fazer parte do Programa Brasil Profissionalizado⁶, recebeu recursos financeiros da União para a implantação inicial dos cursos técnicos.

A fim de oferecer maiores informações, destacaremos alguns pontos a respeito da proposta pedagógica da instituição, a qual em seu texto do PPP descreve que procura atuar a partir de conteúdos contemporâneos que preserve o caráter democrático e se articule a um projeto de formação humana que contemple como princípios formativos: trabalho, conhecimento e culturas.

⁶ <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>

Traçadas com base em três marcos: o filosófico, marco legal e marco pedagógico, os quais serão melhor compreendidos nos próximos capítulos.

No marco filosófico que consta no mesmo documento, reflete-se a respeito da relação educação e trabalho e define-se as concepções filosóficas que orientarão o fazer educativo da instituição, com foco na formação do trabalhador-cidadão. A partir de observação das tendências previstas para a educação profissional em nível regional e local e, considerando as exigências requeridas do futuro trabalhador.

No marco legal, observa-se os princípios gerais que orientam a educação profissional no Brasil e que devem orientar a organização escolar, especialmente no que se referem à construção dos currículos dos cursos de educação profissional, situando ao mesmo tempo as diferentes formas de articulação da educação profissional com o Ensino Médio.

No marco pedagógico constitui-se os processos do ensinar e do aprender pensados e planejadas para inferir na prática docente o desenvolvimento das competências cognitivas, técnicas e humanas, necessárias ao aluno, futuro trabalhador-cidadão.

Destacamos que o texto do PPP, ressalta se orientado na formação integral do aluno, definindo esta formação a partir da indissociabilidade entre teoria e prática e faz referência ao conteúdo do trabalho na sua relação com o conteúdo escolar do ensino médio integrado. Entretanto, no entendimento de Frigotto (2000, p. 94), para Marx “[...] o trabalho transcende, primeiramente, de um modo necessário toda a caracterização pedagógico-didática, para se identificar com a própria essência do homem”. Explicitando que a formação humana integral vai além, apenas da forma, da justaposição de disciplinas, em que o ensino propedêutico esteja junto com o ensino médio.

Assim, no percurso evolutivo do desenvolvimento da sociedade e do indivíduo, percebe-se que o processo de produção de bens materiais continua sendo importante para a formação do trabalhador, mas não é suficiente enquanto melhoria de condições humanas de vida. As relações entre homem e natureza e sociedade no tocante ao processo produtivo necessitam, também, de interações críticas, comunicativas e humanas.

Ainda com base no PPP (2016) da instituição, qualquer que seja o enfoque (filosófico, histórico ou sociológico), pode-se considerar que a categoria trabalho nos liga sempre a uma relação do homem com a natureza, com seu semelhante e consigo mesmo. Isto porque, o trabalho é uma ação intencional e deliberada que o sujeito exerce sobre a natureza para garantir sua existência material, ultrapassando, aquela simples formação instrumental, que ligava o trabalho e a formação para o trabalho, apenas ao saber-fazer.

Considerando que na formulação da proposta pedagógica da instituição de educação profissional seu marco de referência inicial foi a categoria trabalho, onde o conceito de trabalho, que deu origem e sentido à trajetória da educação profissional devendo ser desvelado e compreendido na sua totalidade a fim de que a instituição formadora possa posicionar o seu projeto político pedagógico numa relação direta com a evolução do processo de ensino para o trabalho.

Reforçando que nesse caminho a educação profissional não prepara mais o aluno apenas para a prática de procedimentos mecânicos e rotineiros, mas sim para que ele possa adquirir capacidade de raciocinar sobre os processos produtivos, deixando de ser totalmente mecanicista, da técnica pela técnica, mas ainda com a formação para atender as demandas do mercado de trabalho e não para transformá-las.

CONCLUSÕES

A partir da constatação histórica apresentada destaca-se que a EP no Brasil teve um caráter assistencialista e foi marcada por descontinuidade de ações pontuais, porém tentamos destacar alguns pontos neste cenário, como também seus benefícios para a sociedade e contribuições para a expansão da EP no país, se delimitando mais pontualmente no estado do RN e culminando mais especificamente no CENEP

A principal crítica atribuída à educação profissional, além da descontinuidade de ações e falta de política pública eficaz, esteve em seu contexto histórico, relacionada ao foco limitado, a fixação da técnica pela técnica, o adestramento do gesto e a padronização do fazer, a essa falta de sintonia entre a aprendizagem da educação profissional e as exigências do mundo do trabalho.

Nesse panorama o CENEP tentou repensar, a fim de oferecer uma educação profissional que viesse a priorizar o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia de pensamento e de ação, da criatividade para resolução de problemas e manuseio de recursos tecnológicos (PPP, 2016).

Assim, o Centro propõe não aderir apenas à lógica do mercado, que prioriza uma formação centralizada no conhecimento instrumental deixando em segundo plano a dimensão social, humana e ética da educação profissional, e sim agregar a formação profissional dos educandos a sua formação integral.

Entretanto, com base no texto do PPP do CENEP (2016), as relações entre formação humana integral e mercado de trabalho ficam um pouco confusas, pois o mesmo documento que propõe superar a dimensão mercadológica da educação voltada para o trabalho, afirma que com a chegada

do avanço tecnológico, com a revolução da microeletrônica e das telecomunicações que provocou a mudança da era industrial para a era da informação, seu modelo de trabalho, conhecido como, *just in time*, o qual se baseia principalmente no critério de que o incremento da qualidade, produtividade e flexibilidade podem ser obtidos pela utilização mais eficaz da força de trabalho.

Neste sentido, observou-se a necessidade de maiores pesquisas na área da EP no estado, com ênfase na formação integral do sujeito, assim como seu reflexo de forma concreta nos documentos norteadores das instituições e no chão da escola, aspecto este o qual não detalhamos nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

FRIGITTO, G. Trabalho como princípio educativo por uma superação das ambiguidades. IN SENAC/RIO. **A construção da proposta pedagógica do Senac Rio**. Rio de Janeiro: Ed. Senac/Rio, 2000.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: Moll J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Desafios, tensões e possibilidades. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 5. ed. Petrópolis, RJ:2011.

SILVA, K. K.; MEDEIROS N. O. M. **As ações do estado do Rio Grande do Norte para o ensino profissional (1908-1957)**. In: VI ENCONTRO NORTE NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6ª Edição, 2016, Natal. Anais - ENNHE. UFRN, 2016.

BRASIL/CNE/CBE. **Resolução Nº 03 de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação da Educação/SEMT. **Educação Profissional**: legislação básica. 5 ed., Brasília, 2001.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSÉ PINTO FREIRE. **Projeto Político Pedagógico**: CENEP. Natal – RN. 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENADOR JESSÉ PINTO FREIRE. **Regimento escolar Interno**: CENEP. Natal – RN. 2016a.